



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Política pública de educação financeira:
o contexto e os desafios no desenvolvimento social**

Aline Freitas Gutemberg Mariano



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DAP
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Política pública de educação financeira:
o contexto e os desafios no desenvolvimento social**

ALINE FREITAS GUTEMBERG MARIANO

Sob a orientação do Professor

Caio Peixoto Chain

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Administração Pública**, no Curso de Graduação em Administração Pública, Área de concentração em Políticas Públicas.

Seropédica, RJ

Abril de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M333p Mariano, Aline Freitas Gutemberg , 1994-
 Política pública de educação financeira: o contexto
 e os desafios no desenvolvimento social / Aline
 Freitas Gutemberg Mariano. - Seropédica, 2022.
 53 f.: il.

 Orientador: Caio Peixoto Chain. Trabalho de
 conclusão de curso(Graduação). -- Universidade Federal
 Rural do Rio de Janeiro, Administração Pública, 2022.

 1. Desigualdade Social. 2. Educação Financeira. 3.
 Estratégia Nacional de Educação Financeira. 4.
 Políticas Públicas. I. Chain, Caio Peixoto, 1987-,
 orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
 Janeiro. Administração Pública III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DAP
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ALINE FREITAS GUTEMBERG MARIANO

Monografia submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, no Curso de Graduação em Administração Pública, na área de concentração em Políticas Públicas.

MONOGRAFIA APROVADO EM 27/04/2022

Prof. ° Dr. Caio Peixoto Chain
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
(Orientador)

Prof.^a Dr.^a. Biancca Scarpeline de Castro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Prof. ° MSc. Leila Madeira da Mota
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por ser toda luz que me traz clareza para enxergar o tamanho real dos meus obstáculos, a minha família, em especial minha mãe que me deu todo o apoio moral que precisava durante a elaboração desta pesquisa e minha avó que mesmo morando longe me deu todo apoio necessário para minha educação.

A todos meus amigos e amigas, principalmente ao meu amigo Victor Matheus, que iniciou comigo a conversa que mais adiante resultou nessa pesquisa e ao Pablo Henrique, meu amigo de graduação desde os primeiros períodos e parceiro de debate de ideias.

Ao meu namorado e melhor amigo Anderson Silva, que foi um ótimo ouvinte em momentos de nervosismo e um bom conselheiro todas as vezes que necessário.

Sou muito grata a mim, principalmente por não desistir frente às dificuldades que surgiram ao balancear a graduação com o trabalho, e com a falta dele, e por acreditar em mim referente a minha capacidade de concluir esse trabalho de pesquisa.

Agradeço a todo conhecimento adquirido durante todo o período da minha graduação, a capacidade que adquiri de enxergar e entender a sociedade, e a mim. Não poderia deixar de agradecer especialmente também a todos os docentes do Departamento de Administração Pública da UFRRJ por vossas dedicações em passar o conhecimento da melhor maneira possível.

RESUMO

Mariano, Aline Freitas Gutemberg. **Política pública de educação financeira: o contexto e os desafios no desenvolvimento social**, 2022. 54p. Monografia (Bacharelado em Administração Pública). Instituição de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

O Brasil está entre os 10 países mais desiguais do mundo, e no país a desigualdade social ocorre em diversos âmbitos, tais como na educação, saúde, e segurança, o que interfere diretamente no cidadão no que tange seus direitos individuais mais básicos, como de ir e vir em segurança, ter uma alimentação saudável, até a quantidade de oportunidades que lhe são oferecidas ao longo da vida. Uma das formas de mudar esse cenário de desigualdade no país é o investimento em políticas públicas voltadas a esses âmbitos, tendo em vista que a educação é o ponto de partida para se obter conhecimento desde os primeiros anos de vida, e que a condição financeira em um cenário desigual pode ser um divisor de águas, esta pesquisa busca tratar da política pública de educação financeira como um dentre tantos caminhos para se obter uma melhora nas condições sociais de existência. O presente trabalho de conclusão de curso discute o cenário social e econômico de modo a debater a educação financeira como política pública frente à desigualdade social, referenciando sua importância em possibilitar resultados e estudos que serviram para que fosse avaliada a política da Estratégia Nacional de Educação Financeira e a sua importância para o desenvolvimento do país. A metodologia para o projeto é uma revisão bibliográfica, pesquisa documental, descritiva e analítica, com dados governamentais e acadêmicos, ambos avaliando o impacto gerado pelos programas de educação financeira. Para alcançar os resultados, foram utilizados objetivos específicos, apresentando o referencial teórico da educação financeira, políticas públicas e de desigualdade social, discutindo dados do tema da pesquisa correlacionando com a desigualdade e analisando o papel dos gestores públicos na elaboração e no planejamento de uma política pública voltada a essa área apontando seus desafios. Através dos estudos levantados, os resultados do tema de pesquisa avaliaram que apesar da aparente importância do assunto, ainda falta maior investimento para que ocorra maior transformação social, já que os efeitos da política pública nos locais aplicados tiveram efeitos positivos, porém de pouco impacto na sociedade, os resultados evidenciaram a necessidade de maiores investimentos na política além da necessidade de mais tempo da política implementada e melhores indicadores de avaliação.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Educação Financeira; Estratégia Nacional de Educação Financeira; Políticas Pública.

ABSTRACT

Mariano, Aline Freitas Gutemberg. **Public policy on financial education: the context and challenges in social development**, 2022. 54p. Monograph (Bachelor of Public Administration). Institution of Applied Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

Brazil is among the 10 most unequal countries in the world, and in the country social inequality occurs in several areas, such as education, health, and security, which directly interferes with citizens in terms of their most basic individual rights, such as come and go safely, have a healthy diet, even the number of opportunities offered throughout life. One of the ways to change this scenario of inequality in the country is to invest in public policies aimed at these areas, considering that education is the starting point for obtaining knowledge from the first years of life, and that the financial condition in an unequal scenario can be a watershed, this research seeks to address the public policy of financial education as one of many ways to obtain an improvement in the social conditions of existence. This course conclusion work discusses the social and economic scenario in order to debate financial education as a public policy in the face of social inequality, referring to its importance in enabling results and studies that served to evaluate the policy of the National Strategy for Financial Education. and its importance for the development of the country. The methodology for the project is a literature review, documentary research, descriptive and analytical, with government and academic data, both evaluating the impact generated by financial education programs. To achieve the results, specific objectives were used, presenting the theoretical framework of financial education, public policies and social inequality, discussing data from the research theme correlating with inequality and analyzing the role of public managers in the elaboration and planning of a policy public focused on this area pointing out its challenges. Through the studies raised, the results of the research theme evaluated that despite the apparent importance of the subject, there is still a need for greater investment for greater social transformation to occur, since the effects of public policy in the applied places had positive effects, but with little impact on the society, the results showed the need for greater investments in the policy in addition to the need for more time for the implemented policy and better evaluation indicators.

Keywords: Social Inequality; Financial education; National Strategy for Financial Education; Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ciclo de políticas públicas.....	15
Figura 2. Cronograma desde a implementação da ENEF.....	23
Figura 3. Livros didáticos do projeto piloto.....	25
Figura 4. Evolução do número de iniciativas da Semana ENEF por ano.....	26
Figura 5. Adesão das escolas.....	27
Figura 6. Exemplos de iniciativas que receberam o selo ENEF na edição de 2018.....	29
Figura 7. Porcentagem do conteúdo programando que foi cumprido.....	32
Figura 8. Semestre em que os professores iniciaram a utilização do material didático.....	33
Figura 9. Taxa de participação dos alunos – Questionário de Letramento Financeiro.....	34
Figura 10. Efeito Médio do Tratamento por Série do Ensino Fundamental – Letramento Financeiro IC de 90%.....;	34
Figura 11. Efeito médio do tratamento índice de atitudes de consumo, por série-IC de 90%.....	35
Figura 12. Efeito médio do tratamento índice de poupança, por ciclos-IC de 90%.....	36
Figura 13. Perfil dos entrevistados.....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Problemas, políticas públicas, instrumentos e atores.....	17
Quadro 2 – Objetivos das Orientações Pedagógicas para a Educação Financeira.....	22
Quadro 3 – Programa Educação Financeira.....	24

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Quadro I - Análise da presença de termos voltados à educação financeira no plano nacional e estadual de educação.....	48
ANEXO II – Tabela – Descritores e habilidades da prova de conhecimentos financeiros.....	52
ANEXO III – Tabela – Metas relacionadas à educação e à inclusão financeira.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEF-Brasil	Associação de Educação Financeira do Brasil
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF	Fórum Nacional de Educação Financeira
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
INFE	International Network on Financial Education
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PISA	Programa de Avaliação Internacional de Estudantes

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Problematização do estudo	12
1.2	Objetivos.....	12
1.2.1	Geral	12
1.2.2	<i>Específicos</i>	12
1.3	Justificativa e relevância da pesquisa	13
1.4	Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso	14
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1.	Teorias de políticas públicas e a educação financeira como problema público	15
2.2.	Cenário da educação financeira no Brasil e a (ENEF).	18
2.3	Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).....	21
3.	METODOLOGIA.....	30
4.	RESULTADOS DA ENEF E A DESIGUALDADE	31
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o cenário da desigualdade apresenta disparidades da proporção de riqueza que os mais ricos e os mais pobres¹ possuem, cerca de 50% dos mais pobres se apropriam de pouco mais de 10% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos detêm quase 50%, ou seja, a renda individual do grupo de elite é quase 25 vezes aquela observada no grupo mais pobre deixando o Brasil entre os 10 países mais desiguais do mundo.

Claramente esse cenário de desigualdade gera impacto na economia e no desenvolvimento social. Esse é um problema que o Brasil enfrenta por diversos fatores, como a falta de investimento em políticas públicas nas áreas de segurança, saúde e educação. Dentre os problemas, é possível mencionar também a falta de educação financeira, que se tornou uma das necessidades da educação básica, dado que os adultos possuem pouco conhecimento sobre estratégias para gerenciar sua renda e evitar endividamentos, sendo necessária uma alternativa de longo prazo. Uma das opções para solucionar esse último problema foi implementar uma política pública, no caso a Estratégia Nacional de Educação Financeira, que possui o objetivo de formar o cidadão, ensinar a consumir, a tomar decisões financeiras de forma autônoma, a planejar a longo prazo, desenvolver uma nova cultura da prevenção econômica e proporcionar a possibilidade da mudança da atual situação da economia financeira dos cidadãos (AEF BRASIL, 2016a).

O objetivo deste trabalho é demonstrar a relevância do tema da educação financeira, os possíveis benefícios em sua implementação como política pública para o desenvolvimento social. Busca-se também investigar as bases teóricas na literatura contemporânea do tema de pesquisa, avaliar seu contexto e corroborar respostas que possam orientar melhorias na implementação da política em educação financeira.

¹ Proporção de riqueza, site BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761#:~:text=2.,10%25%20mais%20ricos%20no%20Brasil.>>

1.1 Problematização do estudo

O problema do estudo começa a partir da educação básica, o que influencia diretamente na construção da cidadania e nas tomadas de decisões futuras dos cidadãos. A falta da educação financeira desde os primeiros anos letivos leva a parcela menos favorecida da população a tomarem decisões financeiras de forma errada, por ter o meio familiar e, principalmente, os pais como única fonte de informação financeira.

O problema de pesquisa como a ineficiência na formação das pessoas na área da educação financeira é prejudicial também a demais setores de extensão da área da educação. A outra possibilidade é avaliar quais alternativas para sanar o problema, verificando quais políticas públicas na área da educação financeira fornecem condições para o desenvolvimento social através da educação financeira de modo democrático.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é analisar a educação financeira como política pública, avaliar sua importância e seu impacto para o desenvolvimento social e econômico do país.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a teoria de políticas públicas relacionando a educação financeira;
- Descrever o cenário da educação financeira e as suas expectativas;
- Debater Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF);
- Apresentar o panorama dos Resultados da ENEF, sua correlação com a desigualdade social fomentada pelo impacto da educação financeira;

1.3 Justificativa e relevância da pesquisa

A educação financeira é uma das preocupações mundiais, fazendo parte da oitava finalidade dos dezessete dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), que faz parte da Agenda 2030 estabelecida no âmbito da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODSs são uma ferramenta que orienta o planejamento das políticas públicas, com objetivo principal de acabar com a pobreza, a fome, lutar contra a desigualdade e combater mudanças climáticas (FORTE, 2021). Essa pesquisa se justifica por tratar de um tema que é importante mundialmente e para o desenvolvimento.

No âmbito acadêmico, essa pesquisa pode contribuir para a realização de outras investigações e para informar o leitor da relevância do tema, destacar problemas e trazer dados que apontem possíveis mudanças no cenário atual.

A pesquisa também é fundamental para os gestores públicos, porque o endividamento das famílias é um empecilho ao desenvolvimento social, e a pesquisa aponta os possíveis impactos da política (Estratégia Nacional de Educação Financeira) para a sociedade, demonstrando aos administradores que a educação pode modificar o comportamento das famílias, com planejamento financeiro, conscientizado, trazendo mudanças para o dia a dia e gerando o bem estar social. Segundo a declaração universal dos direitos humanos² (DUDH, 1948), todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar. A partir destas afirmações podemos justificar que a educação financeira é uma forma de contribuir para esse direito essencial.

² Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo XXV – Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.htm#:~:text=1%20E2%80%93%20Toda%20pessoa%20tem%20direito%20a%20um%20padr%C3%A3o%20de%20vida,outros%20casos%20de%20perda%20dos>>. Acesso em: 09 de março de 2022.

1.4 Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso

O primeiro capítulo é esta introdução. O segundo capítulo é o referencial teórico, que discute a desigualdade e a educação, ambos na área da educação financeira. Aqui apresentamos também o processo da globalização, a formação da cidadania e a necessidade de desenvolver a educação financeira em diferentes camadas da sociedade. Neste capítulo também são levantados os dados de renda das pessoas e as causas da preocupação com os problemas financeiros das pessoas.

O terceiro capítulo trata da política Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a busca da mudança social. Aqui apresentamos o que é, porquê, onde, quando, como surgiu e como funciona a política. O objetivo é apontar a capacidade desta política pública em promover a cultura da educação financeira, ampliando o desenvolvimento social e econômico, demonstrando que a melhora na tomada de decisão financeira ao povo é mais uma possibilidade para o desenvolvimento econômico e social. Nesse capítulo é analisado como a educação financeira nas escolas influencia a cidadania, para além das escolas, como para os professores, idosos e mulheres beneficiadas pelo bolsa família e como a globalização também ajuda os familiares das famílias paralelamente.

O quarto capítulo trata dos resultados da ENEF, de seu orçamento, aplicação, metas e os efeitos dessa política pública. A ENEF apresenta outras alternativas didáticas, como o uso dos jogos interativos, em que o aluno adquire conhecimento da educação financeira brincando. Igualmente são apresentados os resultados esperados e outros já alcançados, como a geração de livros físicos e digital, disponibilização de conteúdo para o público interessado e resultado positivo da pesquisa com as pessoas que participaram do projeto, que tiveram maior proficiência e autonomia financeira. Os resultados desse Trabalho de Conclusão de Curso demonstram que a política pública busca o desenvolvimento do cidadão, tem resultados positivos, mas não tão expressivos já que é uma política recente. No entanto, foram identificadas necessidades de melhorias em sua implementação, como o seu ajuste para ser aplicada para as diversas camadas sociais do Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Teorias de políticas públicas e a educação financeira como problema público

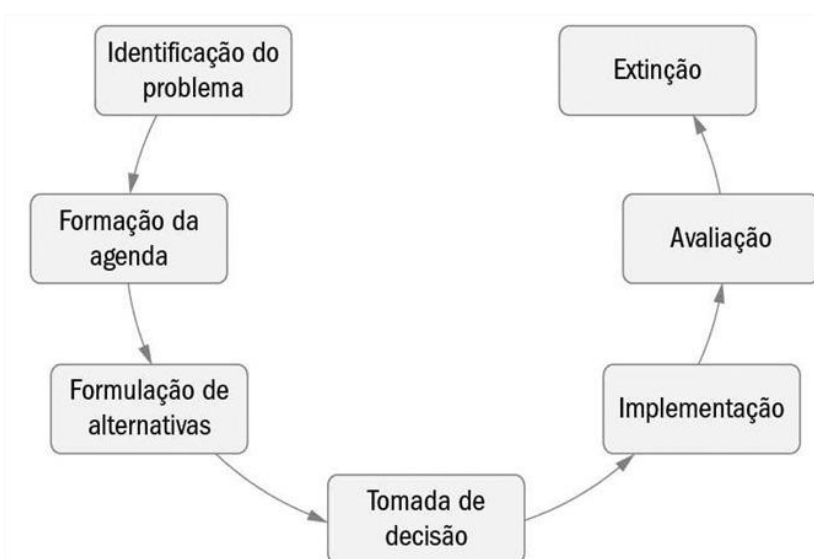
A política pública é um conceito abstrato que se concretiza por meios de prestação de serviços, leis, programas, decisões judiciais, taxas e impostos, campanhas, obras e etc.

Para Secchi (2013), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Logo para implementação de uma política pública, é necessário que haja um problema público para ser enfrentado.

A política pública é uma alternativa para a mudança social, pois ocorre por longo período de tempo durante os governos, abordando as preocupações públicas, iniciando ideias ou soluções para problemas públicos, podendo ocorrer em dois níveis, a macro-implementação e a micro-implementação. De acordo com Abas (2019), a macro-implementação acontece onde os atores públicos realizam o planejamento de um programa governamental; já a micro ocorre quando os atores públicos fazem a tomada de decisão, colocando em prática os seus planos. A implementação das políticas públicas ocorre de modo linear, começando pela formulação onde os atores públicos elaboram as políticas públicas, trazendo assim benefícios a todos.

A elaboração de políticas públicas é importante para conseguir de modo eficiente como resolver o problema público. O ciclo de políticas públicas, de acordo com Secchi (2017), ocorre em 7 fases, sendo: 1 – identificação do problema; 2 – formação da agenda; 3 – formulação de alternativas; 4 – tomada de decisão; 5 – implementação; 6 – avaliação; e, 7- extinção.

Figura 1: Ciclo de políticas públicas



Fonte: Adaptado de Secchi (2017).

As políticas públicas governamentais são definidas quando uma têm a intenção de resolver o problema público, a partir da proposição de atores de diferentes órgãos, como o legislativo, judiciário e executivo. Conforme Secchi (2017), o problema ocorre quando a situação atual (status quo) é considerada ruim e existe a vontade de torna-la melhor (ideal), ou seja, numa situação desejada. Mas o problema deve se tornar público e relevante para a sociedade. Um problema público pode ocorrer por reclamações constantes, e/ ou ser identificado a partir de dados, como na área da educação.

Para Secchi (2017), as políticas públicas são realizadas pelos atores públicos, que são os responsáveis pela elaboração da política pública, enquanto o destinatário de uma política pública é principalmente a sociedade. A identificação dos atores públicos e o problema público são fundamentais para dar início ao ciclo de políticas públicas, verificando as necessidades da sociedade, buscando o resultado que melhor tenha benefício e desenvolvimento social.

A formação da agenda, conforme Secchi (2017), é entendida como a junção dos problemas considerados relevantes, podendo ela ser: agenda política, quando os problemas nela elencados são considerados pela comunidade como merecedores de uma intervenção política; a agenda formal, que engloba os problemas que o poder público já decidiu enfrentar; e a agenda de mídia, que tem um atendimento especial graças a relevância do poder dos meios de comunicações, que tem até possibilidade ter maior prioridade de atendimento do que as outras agendas por causa das suas pressões capazes de gerar repercussão social.

A formulação de alternativas é a etapa em que são discutidos os métodos, ações, programas e estratégias para alcançar os objetivos estabelecidos e resolver o problema público. Nessa fase, são verificados os detalhes dos problemas presentes na agenda, organizando as ideias, recursos e a opinião dos atores públicos para estabelecer objetivos e resultados desejados (Brasil, 2018).

A tomada de decisão é o instante em que se define as ações que serão mobilizadas para sanar o problema público, devendo ser escolhida a solução dos problemas, além de ser definido o prazo e os recursos para a política pública (Brasil, 2018).

A implementação é o momento que a política pública formulada é colocada em prática, transformando as intenções em ações. Essa fase deve ser observada com a maior atenção, pois nela ocorre diversos erros, bem como podem ocorrer conflitos de ideias, gerando resultados não queridos ou previstos (Brasil, 2018).

A avaliação é o momento mais importante da política pública, porque deve ser feito em todos os ciclos para que assim tenha sucesso. Nessa etapa é verificado os resultados alcançados

pela política, analisando o desempenho, podendo propor a correção dos erros. Ela é interessante também porque com os seus achados é possível sugerir o reinício do ciclo de políticas públicas, com alterações ou com a manutenção do que já é realizado. Em outras palavras, a avaliação é importante para o planejamento da política (Brasil, 2018).

A extinção ocorre quando a política necessita ter fim. Nesse caso, o problema pode ter sido resolvido, perdeu importância social, ou saiu das agendas e das demandas sociais.

Ao tratar do ciclo de políticas públicas nesse capítulo, podemos verificar como ele pode ser aplicado na prática com o tema de pesquisa, a educação financeira, conforme a obra Análise de Políticas Públicas, diagnóstico de problemas e recomendações.

Quadro 1 – Problemas, políticas públicas, instrumentos e atores

Problema, Políticas Públicas, Instrumentos e Atores			
Problema Público	Políticas Públicas	Instrumentos	Atores
A Educação Financeira	. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)	Disseminação da educação financeira para: <ul style="list-style-type: none"> . Ensino fundamental . Ensino médio . Professores . Mulheres beneficiadas com o Bolsa Família <ul style="list-style-type: none"> . Aposentados, com renda de até 2 salários 	<ul style="list-style-type: none"> . Entes federativos . Escolas municipais . Escolas estaduais . Universidades . Responsáveis dos alunos . Alunos

Fonte: Realizada pela autora.

É importante para o gestor público que este tenha uma visão ampla da situação para facilitar a identificação do problema público, é importante saber quem vão ser os beneficiados com a política pública, os instrumentos e estratégias aplicadas e os atores envolvidos para que assim busque alternativas para resolver o problema público.

A avaliação das medidas a serem tomadas é tão importante quanto a análise e a identificação do problema, pois saber analisar as soluções garante que o problema público será resolvido. A falta da educação financeira como problema público nos mostra um cenário onde

acontece a desigualdade de oportunidades que são ofertadas para aqueles que têm o entendimento e para aquele não os tem.

Como cita Silva (2004, p. 29), “a realidade no Brasil é que as pessoas não foram educadas para pensar sobre dinheiro na forma de administração e, assim, a grande maioria gasta aleatoriamente sem refletir sobre seu contexto financeiro e os impactos futuros”. E o problema que esse tipo de cultura desenvolve impacta o cidadão, a relação com sua família e sociedade, atingindo diretamente o cenário econômico e o desenvolvimento social. Sem a educação financeira, outras políticas como a de geração de emprego, por exemplo, podem ter seus resultados diminuídos.

Por isso a importância de se pensar uma estratégia nacional que vise disseminar a educação financeira no Brasil como política pública, desenvolvendo aos poucos uma nova cultura, elaborando meios eficazes para uma disseminação democrática dos conceitos financeiros.

2.2. Cenário da educação financeira no Brasil e a (ENEF).

A segunda sessão do referencial trata da política Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e sua busca por mudança social, verificando suas causas e consequências.

A Educação Financeira é o processo em que os indivíduos e sociedade compreendem os conceitos e produtos financeiros, podendo assim desenvolver competências para aproveitar as oportunidades e riscos envolvidos com a administração financeira. Logo, a educação financeira tem papel importante na melhoria dos comportamentos individuais, sendo uma das prioridades em muitos países como política de longo prazo (TOLEDO, 2021).

A importância da disseminação da Educação financeira no Brasil se dá pelo contexto social, em que a falta de conhecimento do cidadão é um empecílio para exercer o seu direito e cumprir os seus deveres. O cidadão, de acordo com a Constituição Federal de 1988, tem o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, bem como aos demais direitos civis.

De acordo com Toledo (2021) dois em cada três adultos no mundo são analfabetos financeiros. Lamentavelmente, no planeta há um alto grau de analfabetismo financeiro, o que demonstra que há um grande caminho a trilhar em direção à educação financeira mundial. No Brasil o analfabetismo financeiro induz a sociedade a um comportamento de escassez.

De acordo com Armindo et al. (2012), o comportamento de escassez se refere ao fato de que as pessoas não ficam satisfeitas com o que possuem, ou seja, sempre buscam novas alternativas para satisfazerem as suas necessidades, como conquistas, experiências e realizações. O principal problema é quando o consumo é desenfreado, o que provoca um problema financeiro e social.

Um período em que este problema ficou evidente foi no período de hiperinflação gerada pela dívida pública externa do país, corrupção e o descontrole fiscal, onde não houve planejamento financeiro das pessoas. Armindo et al. (2012) apontam estratégias para sair da inflação, tais como: ampliação do acesso aos alimentos; agricultura familiar melhorada; geração de emprego e renda; articulação, mobilização de parceiros e atores governamentais e não governamentais para a implementação de políticas e programas públicas ou sociais, como o Bolsa Família que inicialmente foi um programa de transferência direta de renda, que no ano de 2021 teve seu nome alterado para Auxílio Brasil. E o Programa Minha Casa Minha Vida que foi outra política social, tendo o objetivo de produzir unidades habitacionais, para as famílias que possuem renda mensal de até R\$1.600,00.

A crise financeira de 2008³ é um marco na economia mundial, por causa dos seus resultados. No Brasil, a crise gerou a queda no valor das ações e aumento no valor do dólar, como também a diminuição do crédito e redução dos investimentos internacionais no país. Essa situação gerou uma diminuição das expectativas do crescimento econômico e previsões do PIB.

A melhora na economia do país surgiu após a criação do plano real, que foi implementado em 1994, pelo governo Itamar Franco, sendo um marco importante para a economia do país. O objetivo principal do plano real foi combater a hiperinflação, gerada pela dívida pública externa do país, corrupção e o descontrole fiscal no país, criando assim a moeda do Brasil, que continua circulando até hoje. O plano possibilitou equilibrar e diminuir a inflação, como também auxiliou na estabilização da economia. Essas mudanças permitiram a expansão do crédito e estímulo ao consumo interno, o que reduziu a desigualdade social. Para Armindo et al (2012), o Brasil, para fugir da crise, expandiu a política econômica, fomentando o crédito e estimulando o consumo interno, melhorando a qualidade de vida das pessoas da classe D e E. Essa política fez aumentar o poder de consumo, uma vez que houve um aumento da renda e no poder de compra.

³ A crise financeira de 2008, disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/historia/crise-de-2008/#Como_a_crise_de_2008_afetou_o_Brasil>

Em 2016 houve a queda acumulada do PIB em mais de 7%, redução na renda per capita, o que ocasionou desemprego, aumento no endividamento e inadimplência das empresas e consumidores, gerando mais uma vez uma instabilidade no cenário econômico do País (AEF-BRASIL, 2016a).

A alfabetização financeira já é uma preocupação em outros países. De acordo com Bruhn et al. (2013), a falta de alfabetização financeira tende a atingir os estudantes quando adultos. Nos EUA, as pessoas entre 25 e 65 anos tendem a ter desempenho 5% melhor em educação financeira do que as pessoas com menos de 25 anos. A pesquisa aponta também que menos de um terço dos jovens, entre 12 e 17, anos têm conhecimentos básicos de educação financeira, sobre taxa de juros, inflação e riscos financeiros.

Eles relatam que nos EUA uma das alternativas para ensinar educação financeira para as crianças foi um curso de 19 horas de treinamento, incluindo como gerenciar o cartão de crédito, impostos, orçamento e investimento simples. No curso, foram treinadas habilidades financeiras em jogos da modalidade RPG, em um “Parque Financeiro”. O jogo teve resultados expressivos, tais como o aumento das taxas de conclusão, de 5% para mais de 50%.

Conforme Lusardi, Michaud e Mitchell (2017), a população dos EUA está cada vez mais disposta a aperfeiçoar o bem-estar financeiro enquanto trabalham e nas suas aposentadorias, focando em como poupar e investir. As responsabilidades individuais significam tomar decisões financeiras pensando em longo prazo, como em casos de os jovens trabalhadores que direcionam seus recursos em ações ao invés de fundos do mercado monetário. Isso poderá resultar em acumulações diferentes e melhores resultados. Investir na educação financeira possibilita alterar o perfil de riqueza e diminuir a desigualdade de riqueza.

Outra medida adotada nos EUA foi o uso de DVD para os alunos do ensino médio, nomeado de “Financiando seu Futuro”. Os vídeos tratam de tópicos relacionados a economia, gerenciamento de dinheiro, serviços bancários, créditos, dívidas e investimentos, totalizando seis horas de instruções. No projeto, 673 alunos participaram do programa de educação financeira, com ganhos de conhecimento financeiro avaliados por testes antes e depois do projeto.

Na Alemanha também há a preocupação com a educação financeira das crianças. Bruhn et al (2013) diz que no país foi implementada a educação financeira de 90 minutos para os alunos do segundo grau. No projeto, também foi verificado que os alunos tiveram melhorias significativas no conhecimento financeiro e no cenário hipotético criado. Um problema dessa

implementação é que as escolas escolhidas para receber esse curso possuem os professores menos ocupados, o que gera problemas para selecionar quais escolas irão ter o curso.

Bruhn et al (2013), relatam que o Reino Unido determinou que estudos sobre educação financeira fizesse parte dos currículos escolares a partir de 2014. Outro país que votou para tal implantação foi a Austrália, em 2015. Vários países demonstram preocupações e começam a implementar políticas públicas de educação financeira em seu país, entre eles Brasil, Colômbia, Índia, Indonésia e Uganda. Nesses países é verificado que focar os investimentos nos estudantes é interessante porque pode gerar bons hábitos e que provavelmente beneficiarão os padrões de vida adulta dos indivíduos.

Os autores também apontam que a Itália implementou um projeto de educação financeira. Nesse caso participaram 944 alunos de 36 turmas do ensino médio, com as idades entre 17 e 19 anos. O curso oferecido foi de 16 horas ao longo de três meses. Na Itália não foram identificados resultados significativos sobre melhorias de conhecimento financeiro, o que sugeriu que novos testes fossem repetidos.

O contexto atual evidencia novos desafios. Mesmo antes da pandemia, já acontecia o investimento da educação financeira e em seus materiais, mas é contraditório em relação aos bancos, porque eles influenciam com materiais de alto instrumento financeiro para emprestar e investir, quem não sabe como manusear acaba sendo prejudicado. Outro problema no Brasil é que existem analfabetos funcionais, o que impede o avanço da educação financeira e acaba provocando escolhas erradas, além de abusos feitos pelo sistema financeiro. Para a melhoria econômica do país é necessário recuperar a capacidade de consumo das famílias, combater o superendividamento, reativar os postos de trabalho, produção de bens e serviços.

2.3 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

No Brasil, a disseminação da educação financeira se deu a partir da cooperação entre o Brasil e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que estimulou a promulgação do Decreto Federal 7.397/2010, criando a ENEF (Estratégia Nacional para Educação Financeira). Neste mesmo ano, em 2010, as autoras Godoi e Tiné (2021), informaram que apenas 51 países tinham uma estratégia visando a educação financeira. No Brasil, a ENEF tem como objetivo expandir gratuitamente os conteúdos e conhecimentos sobre a vida financeira para os indivíduos, e isto dá visibilidade ao Brasil por ser um diferencial a gratuidade, comparado a outros países.

O objetivo do ENEF é:

Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos, e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (CUNHA, 2020, p. 5).

A ENEF começou a ser implementada em escolas públicas a partir de livros divididos por nível de ensino, oferecendo ao estudante e ao professor atividades educativas para que o tema tenha interação com o seu dia a dia e assim estimule o aprendizado. Os objetivos do modelo pedagógico é proporcionar aos alunos ferramentas para a tomada de decisão consciente e responsável, desenvolvendo uma nova cultura, além de orientar a sua família e a melhora social, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 2 – Objetivos das Orientações Pedagógicas para a Educação Financeira

Objetivos das Orientações Pedagógicas para a Educação Financeira	
Objetivo 1	Formar para a cidadania
Objetivo 2	Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável
Objetivo 3	Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma
Objetivo 4	Formar multiplicadores
Objetivo 5	Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos
Objetivo 6	Desenvolver a cultura da prevenção
Objetivo 7	Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual

Fonte: Tabela realizada pela autora, a partir dos dados da Godoi e Tiné (2021).

De acordo com Forte (2021), para operar, desenvolver e aplicar a ideia da ENEF, a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) foi criada, como Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Essa organização passou a coordenar as ações das políticas públicas de educação financeira do país, principalmente nas escolas e para adultos com alta vulnerabilidade social, envolvendo as ações transversais

O objetivo dessa Oscip é cooperar com o planejamento, desenvolvimento e avaliação de iniciativas de educação financeira. A AEF-Brasil também tem o objetivo de obter sustentabilidade financeira, visando a execução dos seus objetivos sociais, de modo duradouro e transparente.

A AEF-Brasil atua por meio de parceria público-privada, apoio ou patrocínio dos projetos, como também cooperação técnica institucional. De acordo com a AEF-Brasil (2016b),

todos os envolvidos nas ações de mobilização de recursos devem observar os princípios de ética, integridade, legalidade, transparência e gratuidade das ações educacionais.

Os projetos da AEF-Brasil podem ser patrocinados ou apoiados por iniciativa privada, pelo governo e pela sociedade civil para que ocorra o seu desenvolvimento na área da educação financeira. A missão da ENEF é “desenvolver uma nação financeira educada”. Sua visão é “ser referência mundial em educação financeira” e os seus valores são “rigor técnico, inovação, colaboração, isenção e transparência. (AEF-BRASIL, 2016a)

Figura 2: Cronograma desde a implementação da ENEF.



Fonte: FORTE, 2021, 32 p.

A figura 2 destaca a linha temporal do ENEF, a partir de 2010, seu de pontapé inicial da educação financeira no Brasil.

Conforme Nascimento (2021), a expansão da educação financeira se deu pelo impacto da crise econômica global de 2008. Nesse cenário busca reforçar a proteção e a inclusão dos consumidores, e a estabilidade financeira da sociedade. O autor informa que a ENEF está alinhada com as orientações internacionais, como o G20, sendo uma das orientações envolver alianças multissetoriais. Logo, a ENEF se torna fruto de uma mobilização de 11 instituições (ANBIMA, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça e Cidadania, Ministério da Educação, CVM, BM&Bovespa, SUSEP, Banco Central, FEBRABAN e PREVIC), sendo sete órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil que unidas integram o Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF (AEF-BRASIL, 2016a).

A ENEF vem com a preocupação de promover a educação financeira por meio de outros campos de ensino, pois é sabido que os discentes têm baixa proficiência em outras áreas educacionais, o que pode prejudicar o maior proveito da educação financeira caso esta fosse aplicada em apenas em uma matéria escolar ou só para alunos de escolas. No quadro 3, podemos

verificar a variedade do público-alvo do Programa de Educação Financeira, dessa forma, abrangendo pessoas de diversas faixas etárias e principalmente os beneficiários de programas sociais.

Quadro 3: Programa Educação Financeira

Programa Educação Financeira

Público-Alvo	Objetivo
Ensino Fundamental	Contribuir e fortalecer a cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras autônomas e conscientes. A importância desse objetivo é que gera na sociedade a cultura da educação financeira, sendo assim as pessoas administram seus recursos e influenciam as pessoas próximas.
Ensino Médio	
Professores	
Mulheres, beneficiárias do Programa Bolsa Família	
Aposentados, com renda de até dois salários mínimos	

Fonte: Quadro realizado pela autora, a partir dos dados do AEF BRASIL, 2016a.

A AEF-Brasil, até 2016, desenvolveu e executou quatro grandes projetos, que são: Projeto 1 – Educação financeira nas escolas públicas; Projeto 2 – Educação Financeira para adultos em vulnerabilidade econômica; Projeto 3 – Semana ENEF; e Projeto 4 – Selo ENEF e mapeamento nacional das iniciativas de educação financeira.

A Educação financeira nas escolas públicas, conforme as orientações do Plano Diretor, demonstrou que não é somente saber matemática, mas a importância em desenvolver, entre crianças e jovens, as competências e habilidades para tomar decisões financeiras durante a vida. Segundo Forte (2021), o plano demonstra que uma das alternativas para ter mudanças sociais é por meio do planejamento de vida, prevenção e realização individual e coletiva. A autora também aponta pontos importantes no plano diretor, destacando que o currículo da educação básica deve conter conteúdo alinhado à educação financeira, favorecendo a construção do pensamento financeiro e o desenvolvimento de comportamentos conscientes e saudáveis.

O Desenvolvimento do primeiro programa de Educação Financeira nas Escolas teve em vista os alunos do Ensino Fundamental e Médio, instruindo a sua formação, construindo um pensamento financeiro consciente, com comportamentos autônomos e saudáveis. O projeto do ENEF, teve o lançamento entre 2010 e 2011, com o Programa de Educação Financeira para o Ensino Médio. A primeira fase, teve materiais didáticos, como livros, que foram elaborados de acordo com os seguintes princípios pedagógicos: a) responsabilização socioambiental, a postura

ética e comportamento do cidadão; b) a atuação do aluno para multiplicar a ideia do projeto, repassando os conhecimentos em seus laços sociais; c) na tomada de decisão consciente, autônoma e a longo prazo. Os livros foram desenvolvidos com ajuda do Grupo de Apoio Pedagógico, liderados pelo Ministério da Educação (MEC), com especial participação do Conselho Nacional de Secretários de Educação e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, como também contou com o apoio das instituições públicas e privadas e representativas do setor financeiro.

Figura 3: Livros didáticos do projeto piloto.



Fonte: AEF-Brasil, 2016a, 10p.

O projeto piloto entre 2010 e 2011 foi implementado em 891 escolas de cinco Estados Brasileiros, sendo TO, RJ, MG, SP, CE e o DF, com treinamento de 1.200 professores e impactando 27.000 alunos. O projeto teve continuidade, ampliando para 2.900 escolas e atingindo 270.000 alunos (AEF-BRASIL,2016a).

O projeto-piloto para o ensino fundamental aconteceu em 2014, direcionado aos alunos do 1º ao 9º ano, nas cidades de Joinville (SC) e Manaus (AM), para 400 professores, 14.886 alunos, 651 turmas e 201 escolas. A metodologia de avaliação ocorreu pelo ciclo do ensino que a escola oferecia, ou seja, a escola tinha tratamentos livres para o uso do material didático conforme os seus cronogramas, tendo a avaliação nos anos iniciais, no final do ano ou todo o período.

Forte (2021), relata que a educação financeira no ensino fundamental foi levada em conta no projeto piloto do ensino médio, observando o projeto pedagógico para que contribua no conhecimento e de acordo com a atualidade. Os objetivos para o ensino fundamental foram:

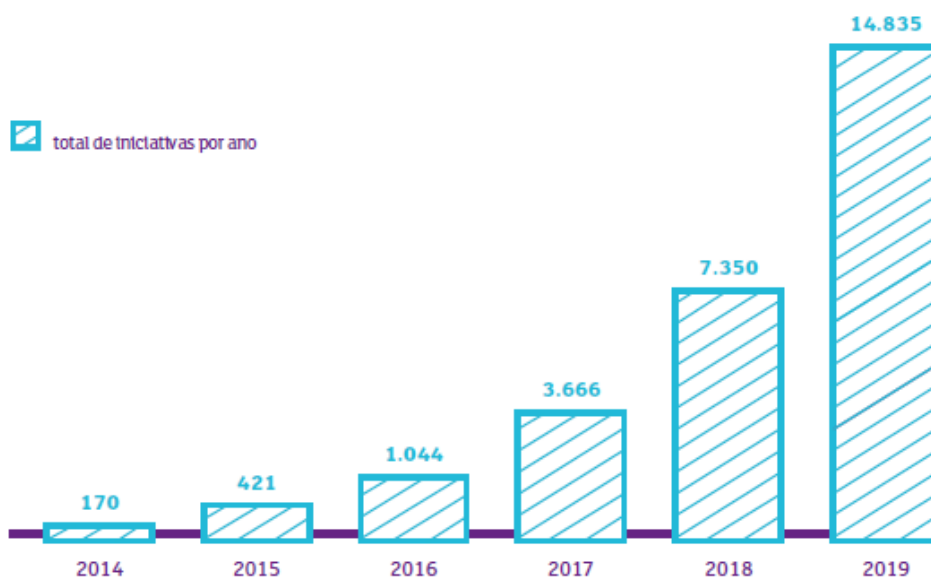
a) formar cidadania; b) ensinar a consumir e poupar; c) instruir a tomada de decisão; d) ensinar a curto, médio e longo prazo; e) desenvolver a cultura da prevenção.

De acordo com a AEF BRASIL (2016a), para as crianças do 1º ao 4º ano, foram feitos livros temáticos utilizados nesses quatro anos: a) produção e consumo, b) organização, c) cuidados e d) planejamento. Já para as crianças do 5º ao 9º ano, foram realizados conceitos de narrativas imaginárias, abordagem lúdica, gerando uma maior participação ativa dos alunos.

A Semana ENEF teve sua primeira edição em 2014, realizando eventos e ações pela mídia. Desde o seu primeiro evento, ela é realizada anualmente no mês de maio, até o ano de 2019. Para Forte (2021) o evento da ENEF cresceu, tendo o evento online e presencial, o que ajudou a diminuir a fronteira do acesso e impactou milhares de cidadãos. A VI Semana ENEF, em 2019, bateu recordes de atividades e público, com 14.835 iniciativas e público total de 70 milhões de pessoas.

A Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF) é o maior projeto do Brasil na educação financeira e tem enorme importância social, porque popularizou e disseminou a educação financeira no país, para distintos públicos-alvo, privado e pública. Também democratizou a informação com o objetivo de promover a ENEF por meio de ações educacionais gratuitas. Em maio de 2016, teve a terceira edição, com 1.633 ações da agenda principal, organizado pela CONEF, com 1.338 programas presenciais e 295 online. A Semana ENEF apresentou programas com discussões sobre planejamento financeiro básico, consumo consciente, previdência social, sistema financeiro, investimentos e etc. (AEF-Brasil, 2016a).

Figura 4: Evolução do número de iniciativas da Semana ENEF por ano



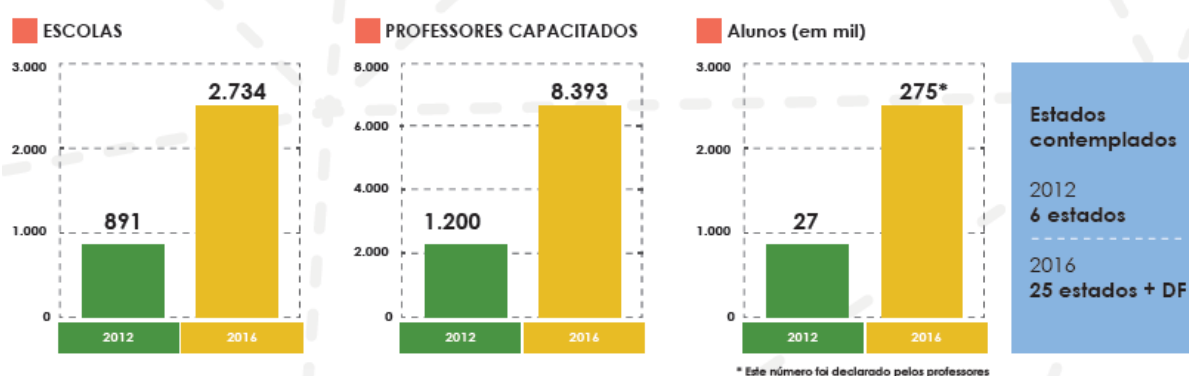
Fonte: FORTES, 2021, 53 p.

A Educação Financeira para adultos em vulnerabilidade econômica, de acordo com Forte (2021), aconteceu após o estudo em 2008, realizado pelo Instituto Data Popular. Nesse caso, apresentaram dados como: o aumento do consumo nos gastos dos brasileiros no período 1974-1975 de 74,59%, para 2002-2003 de 82,41%, já na organização das finanças domésticas do Brasil, 36% dos entrevistados tem o perfil de “gastador”, 54% não consegue honrar as dívidas e 31% poupa regularmente para sua aposentadoria. O estudo realizado pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (FORTE apud PEIC, 2021, p. 44) demonstrou que entre 2010 e 2020 houve um crescimento no índice de endividamento das famílias, quando 2010 era de 57,7% e em 2020 passou para 67,4%.

Em 2016 o projeto piloto deu origem ao Programa Educação Financeira para Adultos da ENEF, realizando oficinas de educação financeira a partir das tecnologias sociais sistematizadas pela AEF-Brasil. O foco eram dois públicos: mulheres que recebem o Programa Bolsa Família (PBF) e aposentados com renda de até dois salários mínimos. Este público foi escolhido como alvo pela sua vulnerabilidade social. A meta inicial foi envolver 4.000 mulheres do bolsa família e 4.000 dos aposentados. Foram 1.500 beneficiários de cada público, com resultados durante a implementação do projeto, já os 2.500 foram atingidos na expansão do projeto.

De acordo com a AEF-Brasil (2016a), ela realizou parcerias com Instituições de Ensino Superior Federais (IES) e Secretarias de Ensino Estaduais e Municipais ao longo de 2016, com o objetivo de criar e oferecer cursos de extensão sobre educação financeira para os profissionais. Ao final deste ano foi observado o envolvimento de um total de 2.734 escolas e 8.393 professores do País com a tecnologia educacional coordenada pela AEF-Brasil. A figura a seguir mostra a adesão das escolas, a capacitação dos professores e o crescimento de alunos entre os anos de 2012 a 2016.

Figura 5: Adesão das escolas



Fonte: AEF-Brasil, 2016a, 9 p.

Na figura podemos observar como a educação financeira cresceu, atingindo mais de 3x a quantidade de estados contemplados com o programa, além de um bom crescimento nas escolas, entre os professores capacitados e alunos, demonstrando que o programa tem chances de crescer muito mais.

O projeto também previu o lançamento do ambiente virtual de aprendizagem, com ferramentas de interação, publicação e espaços para trocas de experiências e conhecimentos entre os professores da rede (AEF-BRASIL, 2016a).

Em 2017, o projeto focou no treinamento de professores e em buscar parcerias com universidades federais e secretarias de ensino. A proposta oferecida aos educadores foi a formação acadêmica. Pretendia-se qualificar e ampliar o Programa de Educação Financeira nas Escolas constituindo um sistema de rede, onde o professor é visto como agente de mudanças da educação financeira. O professor é importante porque motiva e contribui para o letramento financeiro, impacta no comportamento dos estudantes, familiares e comunidades. Ensinar repercute na política pública, já que pode gerar diferentes consequências no futuro.

De acordo com Forte (2021), em 2018, o professor se torna o principal agente para as ações da AEF-Brasil. A autora relata que é criado o Ecossistema de Educação Financeira, para serem aplicados em sala de aula, apresentando nova plataforma “Vida e Dinheiro”, o jogo “Tá O\$\$O”, curso a distância “Finanças sem Segredo”, webséries “R\$100 Neuras” e cinco documentários nacionais “Sua Escola, Nossa Escola”.


A mudança do comportamento social fez com que fosse implementado o uso das tecnologias como método de aprendizado na proposta de 2017-2018. A propagação das redes sociais e o uso dos jogos pedagógicos em ambiente virtual são usados para aprendizagem. Por exemplo, a Websérie “RS100 Neuras”, trata de 13 episódios de cinco minutos, abordando o equilíbrio financeiro, gestão, como poupar e controlar os gastos. Os documentários “Sua Escola, Nossa Escola”, realizado a partir de 2008 pela TV Escola, demonstra o aprendizado das escolas da rede pública, como matemática, alfabetização e iniciação científica. O jogo “Tá O\$\$O”, uma representação lúdica com missões a cumprir, fazendo com que os alunos aprendam pelas linguagens dos jogos.

O sistema da educação financeira é fortalecido pela parceria com a TV Escola, televisionada de modo público pelo Ministério da Educação, dirigida aos professores, educadores, alunos e interessados. Outra iniciativa é a disponibilização dos conteúdos como livros sobre educação financeira, de modo lúdico, e conforme o conteúdo consumido por determinado público-alvo.

O Selo ENEF e mapeamento nacional das iniciativas de educação financeira são ações importantes, por reconhecer aqueles que são comprometidos com o projeto, que estiveram alinhados aos objetivos gerais do Planos de Ação da AEF-Brasil em cumprimento ao convênio com o CONEF, como por exemplo: fortalecimento da rede, divulgação da temática no país, incentivo àqueles que já realizam iniciativas, além de estímulo às novas ações/participantes.

O objetivo do selo da ENEF é de atuar de modo a informar, orientar e formar as pessoas; promover gratuitamente as ações e prevalecer o interesse público; e, gestão centralizada, com atividades descentralizadas. O Selo ENEF reconhece iniciativas que estão em conformidade com os objetivos da ENEF e lhes confere visibilidade. A figura 6 mostra exemplos de iniciativas que receberam o selo da ENEF em 2018:

Figura 6: Exemplos de iniciativas que receberam o selo ENEF na edição de 2018.



EXEMPLOS DE INICIATIVAS QUE RECEBERAM O SELO ENEF NA EDIÇÃO DE 2018:

Instituição Responsável	Iniciativa	Público-Alvo
Associação Comunidade Escola da Escola Estadual Beira R, de Porto Nacional (TO)	Cuidado ao comprar, você pode se enrolar!	Comunidade escolar
Associação de Apoio à Escola Estadual Brejão	Iniciativa da Escola Estadual Brejão: "economizando moedas"	Alunos da Escola Estadual Brejão
Associação do Conselho Escolar da Escola Estadual Vila União	Quem manda no meu dinheiro sou eu!	Comunidade escolar
Associação Junior Achievement do Brasil	Meu dinheiro, meu negócio	Alunos do Ensino Médio
Escola Municipal Professora Eladir Skibinski, de Joinville (SC)	Semana Nacional de Educação Financeira	Comunidade escolar da Escola Municipal Professora Eladir Skibinski, de Joinville (SC)
Instituto da Criança	Projeto Espaço Cidadão	Jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, no Rio de Janeiro e em São Paulo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Belford Roxo	Educação financeira para jovens e adultos	Jovens e adultos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
ONG Bem Gasto	Projeto Bem Gasto	Jovens e adultos
Plan International Brasil	Projeto Geração: educação social e educação financeira fortalecendo projetos de vida	Meninos e, especialmente, meninas entre 11 e 14 anos de idade, de 26 escolas públicas, simultaneamente em seis cidades, sendo elas Teresina (PI), São Luis (MA), São José do Ribamar (MA), Paço do Lumiar (MA), Codô (MA) e Jaboatão dos Guararapes (PE).
Universidade Federal de Itajubá (MG)	Quanto vale o dinheiro para os jovens? Construção e consolidação do conhecimento de educação financeira entre alunos universitários	Alunos universitários
Universidade Federal da Paraíba	Educação financeira para toda a vida	De prestadores de serviços à sociedade tanto acadêmica quanto externa.
Universidade Federal do Pará	GEFAM e aplicação da educação financeira	Terceira idade e comunidades indígenas
Vera Rita Ferreira – Instituto de Psicologia Econômica e Ciências Comportamentais	Pilulas de psicologia econômica	Interessados em geral

O Brasil foi um dos destaques do processo de melhora da educação financeira por possuir a ENEF, porque promove ações de modo gratuito e para quem tenha interesse sobre a educação financeira, como também incentivar as pessoas a se organizarem financeiramente e promovendo maior democratização do acesso a esse conteúdo.

3. METODOLOGIA

O presente estudo tem como base a pesquisa bibliográfica, pelo uso de materiais elaborados por pesquisadores de diversas áreas. São utilizados constituído de leis, livros, artigos científicos em buscas na Internet, analisando as contribuições sociais, econômicas, políticas e científicas sobre as políticas públicas voltadas ao planejamento estratégico da educação financeira no Brasil e como conseguir o desenvolvimento socioeconômico a partir do seu uso. Os principais autores utilizados para discutir a educação financeira são Cunha (2020), Evangelista (2012), Forte (2021), Godoi (2021), IDEC (2020), Nascimento (2021), Toledo (2021) e etc.

A metodologia é também por pesquisa documental, realizada por reportagens de jornais especializados, legislações pertinentes etc. sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira.

As legislações que contribuíram para as pesquisas relevantes para o planejamento de educação financeira foram o Decreto nº 7.397/2010, que estabelece a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), política pública que apontou êxito e foi renovado pelo decreto nº 10.393/2020.

O método de estudo se caracteriza como pesquisa descritiva e em parte analítica. A pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever as características sociais. A analítica busca identificar os impactos da educação financeira e suas vulnerabilidades e estabelecer as relações entre as suas variáveis.

Considerando as definições das metodologias científicas e o critério de classificação de pesquisa proposto por Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa analisa o objeto de estudo e os atores envolvidos nas políticas públicas, contendo dados qualitativos e quantitativas, concebendo a realidade social e econômica local, identificando os responsáveis pela educação financeira no Brasil.

4. RESULTADOS DA ENEF E A DESIGUALDADE

A seção de resultados trata sobre os resultados da ENEF, apresentando seus desafios e fazendo uma análise destes resultados de forma a descobrir o impacto que esta política pode gerar em um cenário onde há desigualdade social. De acordo com Bruhn et al. (2013), os órgãos responsáveis pela ENEF contrataram uma equipe especializada na área da educação, psicólogos e sociólogos para implementar o seu projeto no país. Foi gerado um material didático e inovador, provocando o interesse dos jovens para que os ajudassem na sua vida adulta. O programa é integrado às disciplinas Matemática, Português, História, Geografia e Ciências.

De acordo com Forte (2021), deve-se analisar o projeto-piloto aplicado no ensino médio e no ensino fundamental a partir de 2010, bem como os objetivos e resultados alcançados. O projeto foi avaliado e seu resultado foi destacado a maior capacidade dos alunos de poupar, realizar lista de despesa mensal, negociar preço, meios de pagamento na compra, como também foi instruído a realização do orçamento doméstico familiar.

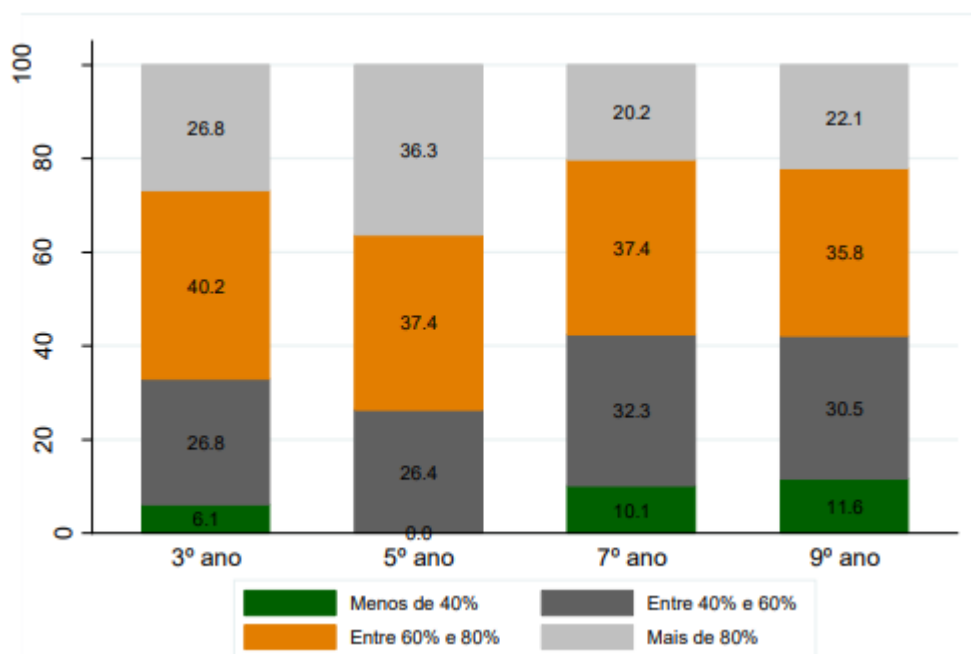
De acordo com a AEF-Brasil (2016) o Banco Mundial relata em sua avaliação que dos jovens que utilizaram o programa, houve o aumento de 1% da sua poupança; 21% a mais dos alunos faziam listas de gastos dos meses; e ocorreu o aumento de 4% dos discentes que negociam os preços e meios de pagamento na compra. O resultado da pesquisa aponta que, esses jovens podem contribuir com o aumento de 1% do PIB do país.

Cunha (2020) relata também que a primeira atuação da ENEF nas escolas gerou três livros produzidos em conjunto com o CONEF/GAP, com os temas “Vida Familiar Cotidiana”, “Empreendedorismo” e “Bens Públicos”. A autora descreve que o trabalho foi realizado num desenho experimental, com uma meta definida no biênio de 2014-15, com a participação de 3.000 escolas em todo o país. Para a elaboração dos livros foi avaliado as escolhas das escolas, estabelecendo os “grupos de tratamento” e “grupos de controle”, com a aplicação dos instrumentos de avaliação em três partes (início, intermediário e final), além de convidar a família para fazer parte da avaliação. O resultado da pesquisa se dá como positiva, sendo que o programa levou maior proficiência financeira, autonomia financeira e a intenção de poupar aos alunos.

As consequências e a avaliação do projeto apresentaram pontos positivos e negativos. O material didático para os professores teve uma participação menor do que o esperado. O problema foi observado durante a implementação do programa nas escolas, em que 60% dos professores cumpriram o conteúdo programado. Isso mostra o desafio de passar 100% do

conteúdo programado, o que é necessário tendo em vista todo o planejamento para a elaboração de um material acessível, didático e dinâmico para os públicos alvos. Na interpretação dos dados, o percentual do conteúdo que os professores cumpriram está nos dados a seguir na figura 7, que demonstra que o conteúdo necessita de ser aprimorado com as experiências empíricas de quem está responsável por disseminar o programa, como os professores.

Figura 7: Porcentagem do conteúdo acadêmico programado que foi cumprido

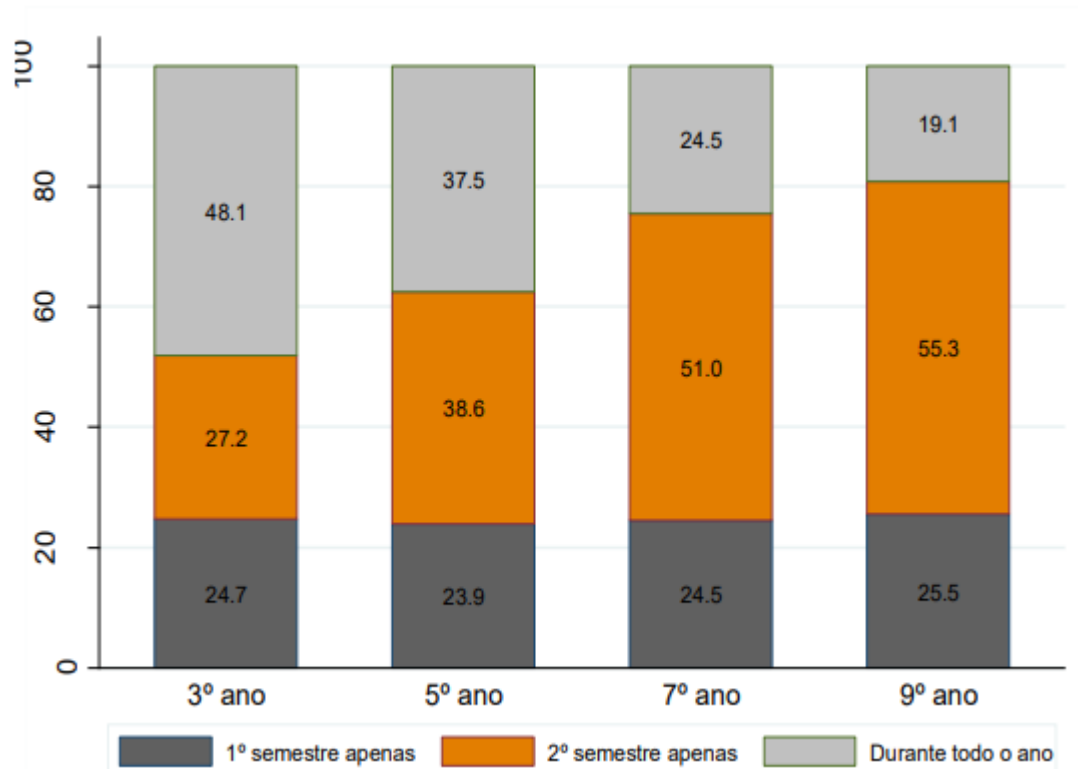


Fonte: AEF-Brasil, 2016b, 8 p.

Um desafio paralelo a este, é de fazer com que seu público alvo observe a importância do projeto para a sociedade, principalmente os professores, já que a transmissão dos conceitos de forma didática e clara é essencial para que as pessoas consigam controlar as finanças e prever resultados benéficos a curto, médio e longo prazo.

A AEF-Brasil (2016b) relata que o projeto pedagógico foi executado de modo que as escolas implementariam de modo livre e adequado aos seus cronogramas pedagógicos. Durante o ano escolar foram enviados questionários para monitorar e acompanhar a educação financeira. No primeiro semestre, a avaliação foi que teve baixa utilização do material didático, já no segundo semestre teve uma alta, conforme a figura 8.

Figura 8: Semestre em que os professores iniciaram a utilização do material didático de educação financeira.

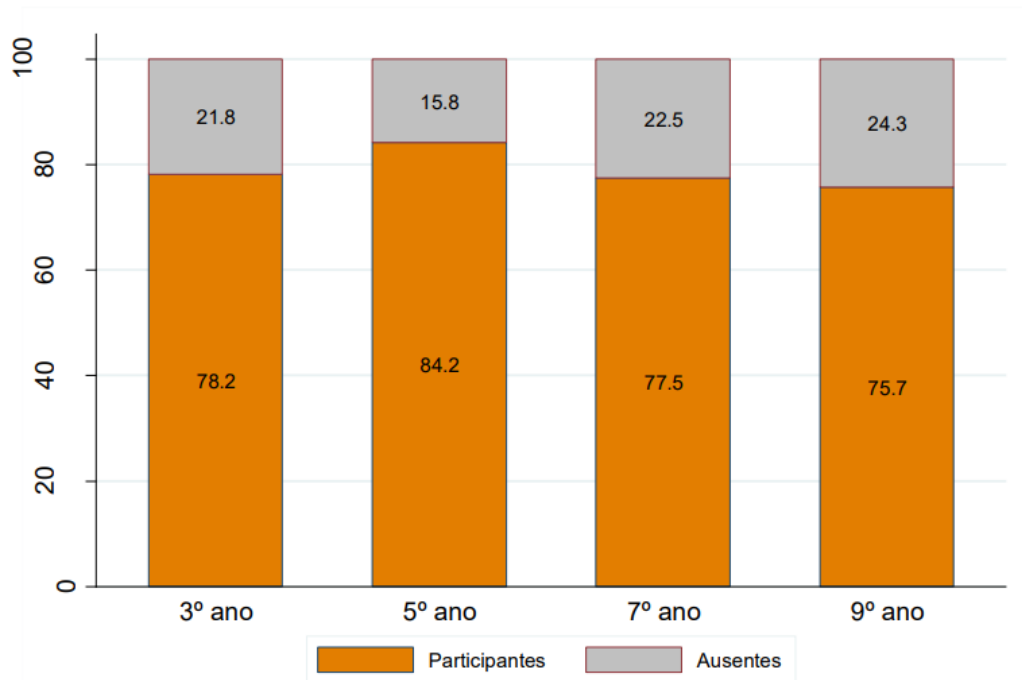


Fonte: AEF-Brasil, 2016b, 8 p.

De acordo com a AEF-Brasil (apud CAED, 2016b, p.11) a coleta de dados dos alunos e professores foi feita em 2015 pelo CAED (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação). A coleta foi dividida em dois dias, no primeiro com turmas do 3º e 5º ano, no segundo com turmas de 7º e 9º ano. A coleta foi realizada pelos instrumentos: a) Prova de conhecimentos financeiros; b) questionário sobre atitudes e hábitos financeiros; c) questionário socioeconômico. A tabela com as descrições, conclusões e habilidades da prova de conhecimentos financeiros está disponível no Anexo II.

Nos municípios da política nas escolas implementada, a coleta de dados ocorreu nos últimos dias do ano letivo. Na figura 9 podemos identificar que houve um percentual positivo referente a participação dos alunos na pesquisa, que em média gira em torno de 80% dos participantes do projeto. O restante que não participou da pesquisa, seja por falta de tempo ou desinteresse.

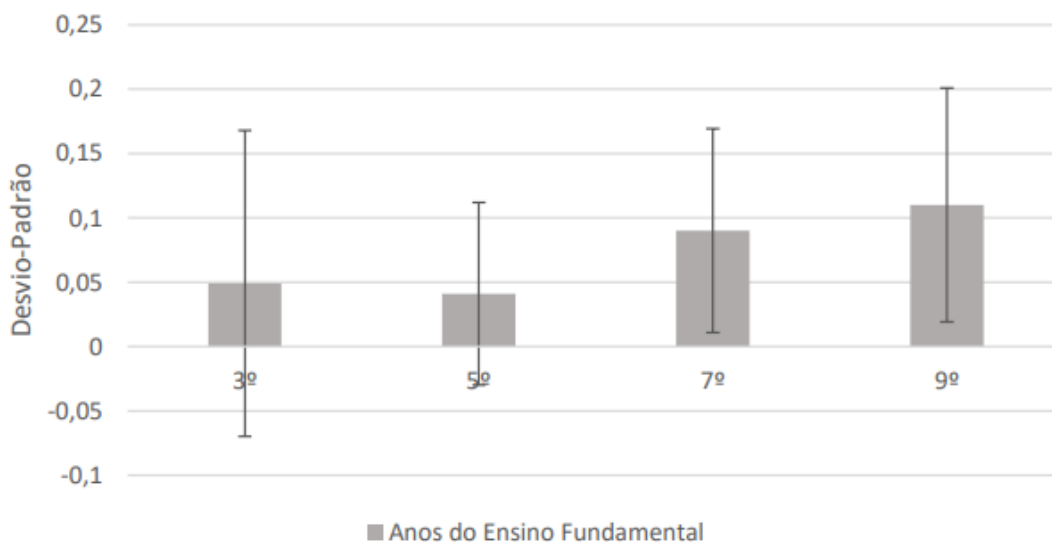
Figura 9: Taxa de participação dos alunos – Questionário de Letramento Financeiro.



Fonte: AEF-Brasil, 2016b, 12 p.

Segundo a AEF-Brasil (2016b), o desvio padrão é uma expressão que demonstra o grau de dispersão de um conjunto de informações, ou seja, indica o quanto um conjunto de dados é uniforme. Quanto mais próximo de 0 for o desvio padrão, mais homogêneo são os dados. O desvio padrão têm importância direta em como os dados são interpretados, de forma segura e mais próxima da realidade. seguinte figura 10, demonstra o aproveitamento do projeto, onde o efeito positivo foi maior nos alunos do 7º e 9º anos.

Figura 10: Efeito Médio do Tratamento por Série do Ensino Fundamental – Desvio maior do que zero

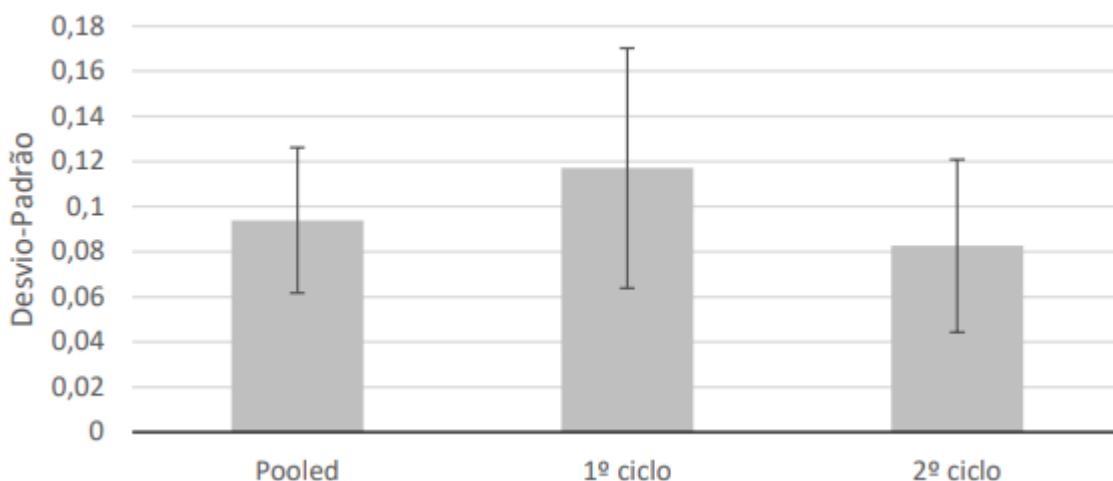


Fonte: AEF-Brasil, 2016b, 18 p.

Ao avaliar os dados, fica constatado que os programas tendem a ser menos efetivos entre os alunos mais pobres, o que constata a sugestão de que o tratamento para essa camada da sociedade seja mais desafiador. É necessário que todos os atores da política de educação financeira observem esses dados para assim poder chegar ao foco do problema, pois é preciso um aprimoramento na elaboração dos materiais e das demais formas de disseminação do programa, focado em ensinamentos de fácil compreensão e passíveis de serem executados a curto prazo como prioridade.

Na pesquisa também foram avaliadas também as atitudes de consumo e poupança considerando todas as séries em conjunto, o que possibilitou a avaliação das atitudes e hábitos financeiros. A figura 11 é relacionada ao consumo e demonstra um índice de consumo significativamente maior entre os alunos participantes do programa, o que indica que os alunos participantes do programa tiveram atitudes de consumo mais conscientes.

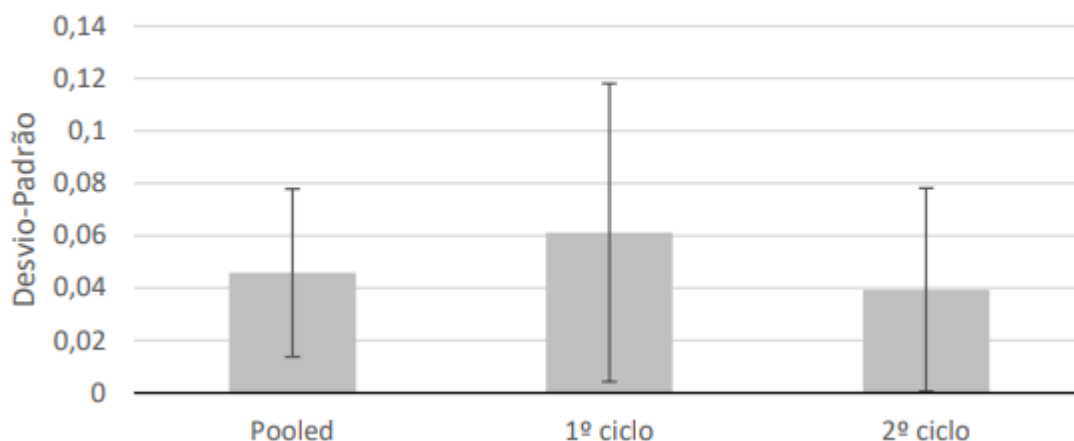
Figura 11: Efeito médio do tratamento índice de atitudes de consumo ao final do ciclo, desvio maior do que zero.



Fonte: AEF-Brasil, 2016b, 21 p.

Foi possível identificar também que, de modo geral, o programa nas escolas é menos capaz de afetar os comportamentos de poupança. A melhoria no comportamento de poupança observado na amostra total é 0.045 DP, o que é estatisticamente significativo. Porém, quando a análise é dividida por ciclos do Ensino Fundamental, é possível identificar que apenas o efeito no 1º ciclo é estatisticamente significativo (0.061 DP) enquanto o efeito no 2º ciclo é de 0.04 DP, ainda que positivo, não é significativo.

Figura 12: Efeito médio do tratamento índice de poupança, por ciclos-IC de 90%



Fonte: AEF-Brasil, 2016b, 22 p.

Os resultados em geral da pesquisa apontam que o programa teve resultados positivos em termos do conhecimento financeiro, como também nas decisões de consumo e poupança. Os resultados apontam que é necessário passar o entendimento de se poupar consistentemente a cada mês, para que assim possibilite bons resultados a médio e longo prazo.

A relação dos dados da AEF-BRASIL (2016b) com Bruhn et al (2013) é que o projeto de educação financeira conseguiu alcançar o aumento do conhecimento financeiro dos estudantes em um quarto de desvio padrão, e assim aumentou em 1,4 ponto percentual na economia para compras e planejamento financeiro. O projeto ajudou de modo significativo as melhorias dos conhecimentos financeiros dos pais dos estudantes, como na economia e no planejamento dos gastos. Esses resultados foram retirados de um teste de proficiência financeira, revelando que os estudantes tiveram melhores pontuações na economia para compras, na probabilidade de fazerem um orçamento, negociar preços e escolherem o melhor método de pagamento.

Todo esse novo conhecimento refletiu no cotidiano dos estudantes demonstrando mais um resultado positivo, pois segundo a pesquisa, tiveram maior influência na tomada de decisão financeira familiar, conseguindo organizar o orçamento doméstico, o que mostra também a capacidade dos alunos de influenciarem os pais de modo a repassarem o ensino. A prova disso é que a pesquisa também demonstra que houve melhorias com os pais, pois tiveram um aumento de 0,67 pontos percentuais na taxa de poupança e conseguiram manter um orçamento familiar no positivo.

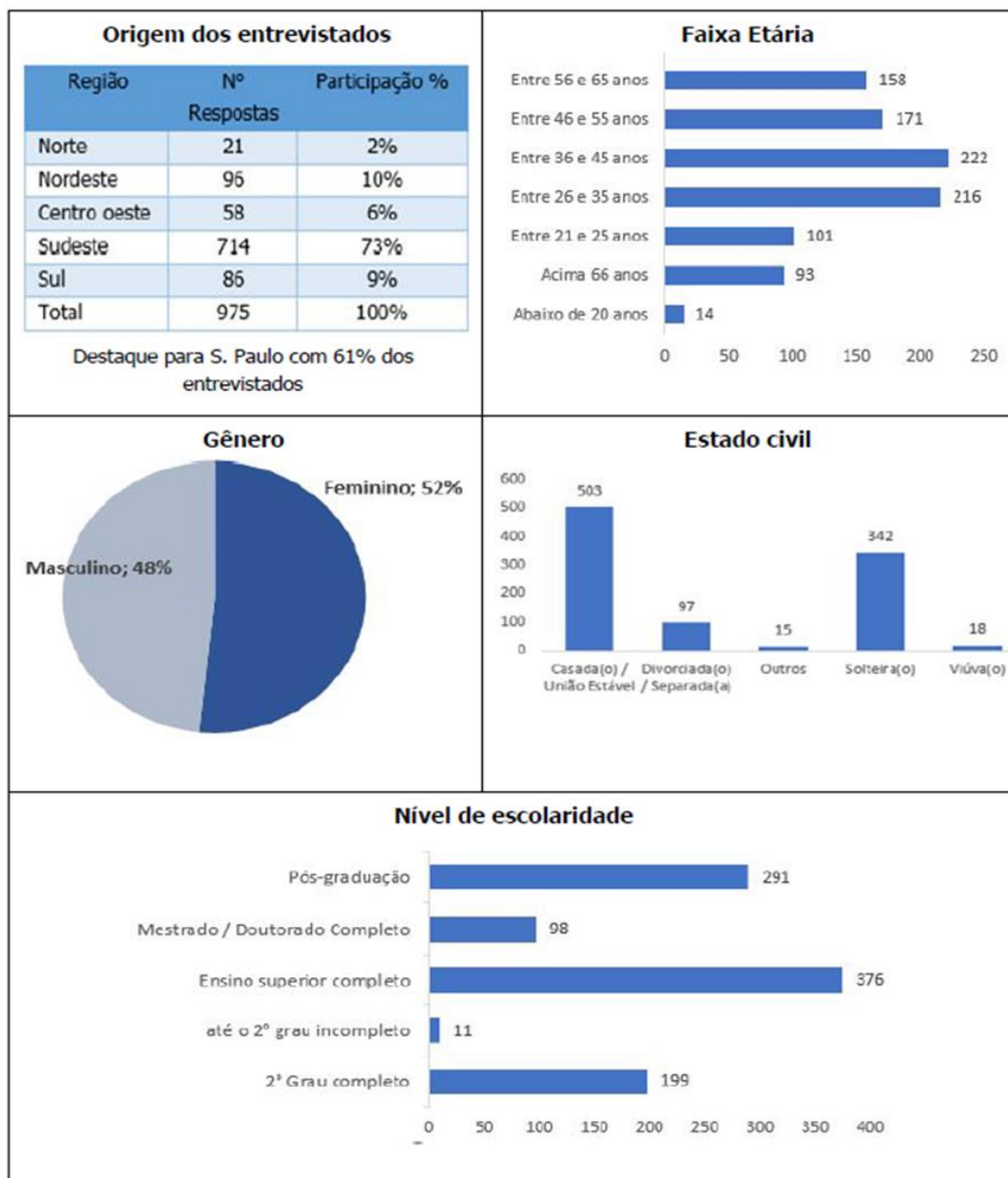
Nos Planos Estaduais e conforme o Quadro I (Anexo I) podemos observar como é relacionado a Educação Financeira por Estado. O Estado com maior contribuição, contendo

metas e estratégias é Tocantins, alcançando assim quatro metas esperadas como exigência para os Estados que quiseram o plano (Educação ambiental, educação profissional, campo e quilombola e qualidade da educação), seguidos de Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte com duas. Já os demais Estados registraram uma meta ou sinalizaram os termos em forma de objetivo. Atualmente, os Estados podem ser avaliados pelo monitoramento da Comissão de Avaliação Estadual, o que pode ser acompanhado, de modo transparente, no site do observatório ⁴ dos planos de educação.

Para avaliarmos o grau de interesse pelo assunto, foi feita uma pesquisa online pelo IDEC (2020), avaliando o perfil dos entrevistados com a finalidade de efetuar uma análise, relacionando o conteúdo dos bancos sobre a educação financeira, com a familiaridade dos consumidores sobre o conteúdo dos canais dos bancos, e como eles influenciam na tomada de decisão das pessoas. No canal, ele observa se o usuário possui conta bancária; a sua relação com o banco; se o banco influencia na sua melhoria de qualidade de vida; quando consultou informações sobre educação financeira nos canais do banco; se influenciam e contribuem para evitar o endividamento. De acordo com IDEC (2020)

⁴ Observatório dos planos de educação. Disponível em: < <https://www.observatoriodopne.org.br/> >

Figura 13: Perfil dos entrevistados.



Fonte: IDEC, 2020, 14 p.

Da pesquisa, 79% das pessoas entrevistadas relatam que a educação é uma forma de planejamento para o uso do dinheiro. Da avaliação própria financeira, 33% relatam que conseguem honrar suas dívidas, que conseguem pagar as próprias contas, porém, não sobra para economizar os gastos. Já 28% das pessoas conseguem pagar sua dívida e economizar uma parte do salário. 8% dos entrevistados relatam que estão endividados. 4% vivem situação difícil, muita das vezes pela perda de emprego e dificuldades de honrar as dívidas.

Outro ponto importante da pesquisa é que existe um baixo interesse dos usuários nas informações sobre educação financeira oferecida pelos bancos. Os dados apontam também que 75% dos usuários não conseguiram avaliar o conteúdo por não conhecerem as informações.

Conforme IDEC (2020), 46% dos entrevistados acreditam que o banco prioriza o crédito, 24% não sabem avaliar por não usar o crédito e 21% apontam que os bancos deveriam informar os usuários os riscos dos créditos e seus endividamentos.

Um dos problemas é como o banco repassará as informações de não usar o crédito de modo excessivo, já que é um dos métodos de lucro bancário. Por isso é preciso discutir a educação financeira oferecida pelo setor bancário e as maneiras de influência na tomada de decisão dos usuários.

De acordo com o IDEC (2020), os bancos foram consultados sobre os 10 anos de desempenho da Estratégia Nacional de Educação Financeira. O Banco Central destacou que a previdência aparenta uma realidade paralela a economia do país, já que a nação apresenta pobreza excessiva. A previdência privada estimula os seus clientes para outras linhas de investimento, já que não garantem o mesmo equilíbrio econômico como no passado. O banco ainda relatou que a educação financeira melhora a compreensão dos conceitos financeiros, contendo informação, formação e orientação para que as pessoas se conscientizem em suas escolhas e se comprometam com o futuro.

Febraban aponta pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC, 2020) que as iniciativas no Brasil ainda são novas para a economia e educação. Mas os sinais obtidos em 2017, com a análise de 16 mil alunos que participaram dos programas de Educação Financeira entre 2010 e 2011, e o desempenho positivo alcançado pelas pessoas que receberam a capacitação, apresentando menor exposição ao usar as linhas de crédito. Esses resultados da Febraban são iniciais, mas na teoria econômica é afirmativo que impacta na demanda e na oferta de crédito.

Na visão da Febraban, é verificado que um dos maiores sucessos é o desenvolvimento do programa com os professores da rede pública do ensino médio e fundamental e que os resultados são de médio a longo prazo, já que é uma política na mudança de hábitos, atitudes e valores sociais.

Desde a implementação da ENEF, os bancos questionaram os seguintes aspectos: o desempenho dos dez anos da política; os desafios e resultados alcançados; a avaliação do impacto das ações de educação financeira para os inadimplentes; estratégias tomadas para atender o público-alvo da ENEF; os resultados na gestão de crédito e o aumento do volume de

investimentos; indicadores escolhidos para avaliar os bancos como meios para mudar o comportamento social; a falta de compreensão das famílias e os interesses dos bancos em relação ao superendividamento; a função do banco como papel de impactar o comportamento financeiro das famílias; e, as estratégias da ENEF para contribuir na redução dos impactos da pandemia.

De acordo com a IDEC (2020), os bancos influenciam bastante a população, muitas das vezes de forma negativa. O banco possui um papel fundamental para ampliar o ensino da educação financeira. O papel dos bancos na disseminação da educação financeira demanda maior transparência e engajamento das instituições financeiras. O setor bancário pode contribuir para ampliar o ensino da educação financeira, para tratar o superendividamento, aumentar a poupança interna, com produtos mais acessíveis, havendo assim democratização dos investimentos.

A pesquisa com os bancos aponta ainda que é difícil sentir o impacto dessa política educacional, porque como o público alvo são as crianças, o resultado é de longo prazo. Outro problema verificado é a relação entre educação financeira e matemática financeira, não uma educação que abarque todas as disciplinas e os diferentes temas. Temas condizentes com o cotidiano ajudaria a compreender a educação financeira de modo prático dentro de sua realidade.

Para muitas pessoas, a educação financeira é vista como um conhecimento disponível apenas para pessoas ricas. Por mais que isso tenha sido verdade por muito tempo, é importante que as pessoas das classes mais vulneráveis estejam abertas para assimilarem novos conhecimentos financeiros, para que assim possam poupar. Mas é importante também considerar que para muitos brasileiros essa não é uma realidade possível a curto prazo, visto sua posição socioeconômico. Essa posição socioeconômica também influencia na capacidade de aprendizado dos alunos.

Conforme Toledo (2021), a pesquisa realizada em 2018, pelo Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) da OCDE, sobre os desempenhos dos alunos brasileiros, aponta que:

- a) o fator socioeconômico interfere no desempenho dos alunos, onde os alunos favorecidos obtiveram 97 pontos e os desfavorecidos 84 pontos;
- b) um em cada dez estudantes desfavorecidos não espera concluir o ensino superior;
- c) os alunos relatam que a principal fonte de informações financeiras é obtida pelos pais;
- d) determinados estudantes tinham maior facilidade em aprender finanças e economia.

Com esses dados, podemos verificar que o fator socioeconômico gera uma desigualdade educacional, porque difere na performance da educação do aluno. A informação constata que o discente que possui uma fonte financeira familiar favorável não abala o seu dia a dia, e que geralmente consegue ter maior proveito educacional do que o aluno desfavorecido.

Toledo (2021) relata que na última edição do PISA (2018 apud TOLEDO, 2021), o estudante brasileiro apresentou baixa proficiência em leitura, matemática e ciência, comparado aos outros 78 países que também foram avaliados. O estudo mostrou que 68,1% dos estudantes com 15 anos não possuíam nível básico de matemática, o que é o mínimo exigido para atuarem como cidadão.

Na interpretação dessas informações, podemos afirmar que a maioria dos alunos ficam abaixo das expectativas para atuarem como cidadãos, porque têm somente o mínimo para usufruir dos seus direitos. No entanto, a preocupação não se restringe à educação financeira, pois os discentes têm baixa proficiência em outras áreas educacionais, logo esses temas prejudicam no maior proveito da educação financeira.

Os gastos impulsivos eram um dos pontos de preocupação que o projeto apresentava, já que são resultados de marketings, tendências, normas sociais, modas e etc. Outro ponto de preocupação é que atualmente os aparelhos de celulares tornaram mais fácil tomar decisões por impulso, permitindo as pessoas a comprarem de modo parcelado e com altas taxas de juros. Uma das medidas ensinadas aos estudantes foram as repetidas tarefas nos três períodos, de acompanhamento de como economizar, comprando itens a vista ao invés de adquirir de modo parcelado com juros, comparar preços, negociar preços e controlar as despesas e fazer orçamentos planejados.

Conforme Lusardi, Michaud e Mitchell (2017), o conhecimento financeiro não seria necessário caso as pessoas pudessem contar com consultores financeiros, mas na realidade são poucas pessoas que os utilizam. Em pesquisa realizada, 11% dos que fizeram o ensino médio consultam profissionais financeiros e 45% dos graduados os procuram. Um dos pontos importantes notados é que existem impedimentos para se obter bons conselhos financeiros quando os consumidores não entendem tanto do assunto.

Outro ponto para relatar são as preocupações da educação financeira em torno do período da aposentadoria, já que é quando a riqueza é mais limitada. Um dos pontos em destaque é que investir em tecnologia ao longo da vida possibilita adquirir conhecimento financeiro, desde que o uso tecnológico seja utilizado para esse meio. Logo, devemos procurar como diminuir a desigualdade social, o que pode ajudar é incentivar o uso das tecnologias de

modo que influencie no planejamento financeiro e assim reduza o risco de endividamento, já que o investimento em educação financeira pode aumentar o uso da poupança em curto prazo. Porém pode ter impacto de pouco tempo em termos de gerar riqueza.

Os últimos dez anos da ENEF demonstra as fragilidades enfrentadas pelo país, que são maiores do que a dificuldade de lidar com produtos e serviços bancários. Verificou-se que é necessário expandir as iniciativas que tenham efeito em curto prazo e impactem o sistema financeiro. A educação financeira é um começo, mas está distante da total disseminação da consciência financeira.

O projeto traz sugestões e pontos preocupantes. A sugestão no projeto é de efetuar a educação financeira com os pais e alunos ao mesmo tempo. Um dos pontos preocupantes em adicionar educação financeira no currículo escolar é que pode impedir o aprendizado em outras áreas. Mesmo com as possibilidades de sucesso, o projeto demonstra que a educação financeira é uma ferramenta eficaz para melhorar os resultados financeiros a longo prazo, como também é capaz de afetar toda a família dos que participam do projeto, promovendo investimento em poupança e autonomia financeira.

A conclusão do projeto não tem fortes resultados, a pesquisa aponta que para determinadas condições, usar materiais do modo como foi implementado, o desempenho dos alunos sofre pouca variação, logo deve ser repensado o modo de atuação e aplicação da política pública.

Os resultados desse tema comprovam que a política pública de educação financeira apresentada nesta pesquisa tem resultado positivo, mas não tão expressivo, porque é uma política recente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto ENEF tem a meta de até 2030, garantir a sociedade, principalmente os mais vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, acesso a serviços básicos, controle sobre a terra, propriedades, herança, recursos naturais, tecnologia e serviços financeiros. Para cumprir esta meta realizar a conscientização financeira para adultos de diferentes classes sociais é um evidente desafio. Dados mostram que houve baixa efetividade do programa em alunos mais pobres, isso sugere que toda a metodologia de implementação da política deve ser revisada e adaptada de maneira específica para cada realidade social em que haja a necessidade da educação financeira. A tabela com metas relacionadas à educação e à inclusão financeira está disponível no Anexo III.

A atuação da AEF-Brasil na produção de tecnologias sociais e educacionais é importante, pois a educação financeira é ainda uma área pouco conhecida, mesmo existindo diversas ações, ainda necessita de melhorias.

A participação do setor privado no projeto daria maior alcance social. As recomendações para ampliar a participação do setor privado na educação são: primeiro, as organizações privadas devem ser transparentes e comprometidas, o que pode ser conflitante com os interesses comerciais e objetivos coletivos; segundo, para auxiliar a diminuição de devedores, as instituições privadas precisam recalcular o modo de financiamento a longo prazo de modo que garantisse seu lucro, mas que também fosse possível ao devedor quitar essa dívida, o que garantiria a sustentabilidade das iniciativas; terceiro, precisa melhorar as avaliações sobre o impacto do projeto e o retorno do investimento para o setor privado.

Um dos problemas do projeto é que faltam indicadores de desempenho e de impacto das ações da ENEF. A maioria dos dados são quantitativos, mas sem dados de impacto, como também faltam dados qualitativos para avaliar a efetividade das políticas implementadas. Para garantia de efetividade da política é necessário que haja uma boa série de indicadores que consigam identificar em quais pontos a política precisa de adaptação, para assim cumprir suas metas.

Nesses dez anos de ENEF não foram localizados indicadores qualitativos e de impactos. As avaliações são feitas por indicadores quantitativos da educação financeira, mas que não permite o monitoramento da política para compreender o contexto econômico, social e cultural em que é implementada.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia da Covid-19, em que milhões de pessoas foram infectadas e outros milhões morreram. O contexto social é de desemprego, diminuição de renda familiar e aumento de gastos familiares, além da necessidade de controle emocional e financeiro para superar as novas realidades.

O auxílio emergencial concedido pelo governo brasileiro que garantiu uma renda mínima foi fundamental para pagar as necessidades básicas com alimentação para que fosse possível passar por esse momento de crise. As orientações sobre educação financeira para o enfrentamento da pandemia é de que o consumidor, em conjunto com os bancos, deve protestar sobre os juros e tarifas. A ampla disseminação da educação financeira nesse cenário se torna um tema de difícil aceitação e interesse, dado a atual realidade, a preocupação principal se torna conseguir uma solução imediata para o problema e não a educação.

O projeto permitiu avaliar a construção do conhecimento coletivo dos programas educacionais, ficando o legado dos dados para que os pesquisadores possam aprofundar os conhecimentos e o impacto no sistema educacional, seja o letramento financeiro.

Como alternativas para melhorar a acessibilidade da educação financeira do país, é necessário criar grupos de estudos para elaborar indicadores de monitoramento e de impacto e realizar debates com representantes da sociedade civil, que tenham atuação direta com consumidores, academia, instituição financeira e reguladores setoriais.

As necessidades sociais fizeram com que tivessem um projeto educacional para ajudar as pessoas no lado de investimento financeiro, apontando como os indivíduos podem utilizar os serviços, produtos e conceitos financeiros, estimulando assim o consumo consciente e sustentável. É certo que a ENEF tem muito que se discutir dos conteúdos mais básicos escolares, a disponibilidade de indicadores, até o modo de implementação da política de modo que seja importante é a democratização da acessibilidade à educação financeira, para assim obter o real impacto em combate à desigualdade havendo maior transparência do projeto tendo em vista que a cada passar dos anos, novos problemas sociais surgem e novas medidas devem ser tomadas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEF-BRASIL, Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório Anual 2016**. São Paulo, 2016a. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2016.pdf>>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

AEF-BRASIL, Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório técnico final**, projeto piloto programa educação financeira nas escolas: ensino fundamental. São Paulo, 2015/2016b. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Projeto_Piloto_Ensino_Fundamental_Relatorio_Final_2016.pdf>. Acesso em: 04 de julho de 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex post. Volume 2. Brasília: Casa Civil da Presidência da República; 2018.

BRUHN, Miriam; LEÃO, Luciana de Souza; LEGOVINI, Arianna; MARCHETTI, Rogelio; ZIA, Bilal. 2016. "The Impact of High School Financial Education: Evidence from a Large-Scale Evaluation in Brazil." **American Economic Journal: Applied Economics**, 8 (4): 256-95. DOI: 10.1257/app.20150149. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/app.20150149>>

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Scielo Brasil, Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41 [Acessado 15 Julho 2021], e218463. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.218463>>. Epub 13 Mar 2020. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES.218463>.

EVANGELISTA, Armino et al. EFNC: Educação Financeira para Nova Classe Média Brasileira. In: **Simpósio de excelência em gestão e tecnologia**, 9ª ed., 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/artigos2012.php?pag=139>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

FGV, Fundação Getúlio Vargas, **Cenários de Desigualdade, Crescimento e Miséria**. Disponível em:

<https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/BES/BES2_03_Cen%C3%A1rios_Desigualdade.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

FORTE, Cláudia M. J. O papel da AEF-Brasil na Estratégia Nacional de Educação Financeira. In: FORTE, Cláudia. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)** [livro eletrônico]: em busca de um Brasil melhor, São Paulo: Riemma Editora, 2021, ed. 2, cap. 2, p. 30-59.

GODOI, Alessandra Camargo; TINÉ, Sandra Zita Silva. A educação financeira, a BNCC e o currículo: contextos e desafios das escolas públicas brasileiras. Associação de Educação Financeira do Brasil. In: FORTE, Cláudia. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)** [livro eletrônico]: em busca de um Brasil melhor, São Paulo: Riemma Editora, 2021, ed. 2, cap. 4, 78-115.

IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Relatório final da pesquisa sobre Educação Financeira, Pesquisa: Avaliação da Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Guia dos Bancos Responsáveis**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://guiadosbancosresponsaveis.org.br/media/496355/relato-rio-final-da-pesquisa-sobre-educac-a-o-financeiradocx.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

LUSARDI, A., MICHAUD, P., & MITCHELL, O. (2017). Optimal Financial Knowledge and Wealth Inequality. **Journal of Political Economy**, 125 (2), 431-477. <http://dx.doi.org/10.1086/690950>. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/bepp_papers/58/>

NASCIMENTO, Thiago Godoy. In: FORTE, Cláudia. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)** [livro eletrônico]: em busca de um Brasil melhor, São Paulo: Riemma Editora, 2021, ed. 2, cap. 3, p. 60-77.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Rio Grande do Sul: Nova Hamburgo, 2013.

ROMERO, Joréu Azevedo. **Educação Financeira como Política Pública**. Orientador: Dayane Rocha de Pauli. 2019. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/63867>>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas**: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

TOLEDO, Adriana. Educação financeira: por que precisamos dela. Associação de Educação Financeira do Brasil. In: FORTE, Cláudia. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)** [livro eletrônico]: em busca de um Brasil melhor, São Paulo: Riemma Editora, 2021, ed. 2, cap. 1, p. 16-29.

ANEXO I – Quadro I - Análise da presença de termos voltados à educação financeira no plano nacional e estadual de educação

Estado	Nº da lei	Meta/estratégia	Educação financeira, empreendedorismo, transversalidade do currículo
Acre	Lei nº2.965/2015	Meta 3 Ensino Médio	1.6. Contemplar, na construção da nova matriz curricular do ensino médio, os diferentes temas transversais , tais como: educação ambiental, educação de trânsito, educação financeira , educação para o empreendedorismo , educação para os direitos humanos, cidadania e diversidade, bem como as políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado.
Amazonas	Lei nº4183/2015	Meta 6 Educação Integral	6.9. Promover programa transversal sobre empreendedorismo e outras atividades profissionalizantes à matriz curricular do Ensino Médio integral, visando ao desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho.
Ceará	Lei nº16.025/2015	Meta 3 Ensino Médio	3.13. Implementar e aperfeiçoar políticas de currículo, formação continuada de professores e de aquisição de material pedagógico que garantam a inserção de conhecimentos sobre [...] educação financeira e do consumo [...] para a convivência com o Semiárido.

Estado	Nº da lei	Meta/estratégia	Educação financeira, empreendedorismo, transversalidade do currículo
Goiás	Lei nº18.969/2015	Meta 10 Educação profissional	10.21 Promover a implantação de incubadoras de empresas (em suas diversas modalidades) nas unidades de EPT da Rede Estadual, de forma a promover o desenvolvimento, crescimento e consolidação de negócios inovadores, fortalecendo o oferecimento de capacitação para a atuação empreendedora .
Maranhão	Lei nº 10.099/2015	Meta 7 Direitos socioeducacionais	Garantir a 100% das escolas da Educação Básica, níveis e modalidades, condições de transversalidade para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para as diversidades e temas sociais (direitos socioeducacionais).
		Meta 12 Educação profissional	12.11. Proporcionar a oferta de educação profissional técnica de nível médio com base no empreendedorismo socioambiental, oportunizando aos jovens e adultos a participação no desenvolvimento social econômico de sua localidade.
Paraíba	Lei nº10.488/2015	Meta 13 Direitos humanos	13.5. Estimular os estudos de educação em direitos humanos e de diversidade, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar, transdisciplinar e transversal , articulando-os à promoção dos direitos humanos (meta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos).
Pernambuco	Lei nº5.533 /2015	Meta 7 Qualidade da Educação Básica	7.16. Pautar a discussão das políticas públicas, bem como dos temas relevantes da atualidade juvenil, na matriz curricular dos Ensinos Fundamental e Médio de forma transversal .
		Meta 10 Educação de Jovens e Adultos	10.6. Ampliar oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio à EJA, com vistas ao empreendedorismo , levando-se em consideração os arranjos produtivos locais, atendendo às especificidades de cada região e envolvendo conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades.

Estado	Nº da lei	Meta/estratégia	Educação financeira, empreendedorismo, transversalidade do currículo
Rio de Janeiro	Lei nº 5.597/2015	Objetivo 33	Garantir, a partir da publicação deste plano, a inclusão nas matrizes curriculares da Educação Básica, dos conteúdos e temas transversais .
Rio Grande do Norte	Lei nº 10.049	Dimensão 8: Educação: Movimentos sociais, inclusão e direitos humanos	Item 11 – Buscar apoio financeiro e pedagógico em parceria com os órgãos que desenvolvem ações de educação ambiental, visando ao desenvolvimento de projetos junto às escolas da Educação Básica, considerando os princípios da transversalidade e da interdisciplinaridade.
Rio Grande do Sul	Lei nº 14.705/2015	Meta 8 Campo, comunidades indígenas, comunidades quilombolas	8.12. Promover condições, em regime de colaboração entre Seduc, Secretarias Municipais de Educação, instituições de ensino superior e mantenedoras de instituições privadas, à elaboração de propostas curriculares que incluam como temas transversais as questões de inclusão, direitos humanos, etnias, gênero e sexualidade, de modo a estimular as discussões sobre formas de superar as discriminações e os preconceitos.
Rondônia	Lei nº 3.565 /2015	Meta 7 Direitos socioeducacionais	7.4. Estabelecer parcerias e/ou interfaces, em regime de colaboração, com os órgãos governamentais, no âmbito das esferas municipais, estaduais, federais, e não governamentais, atividades relativas à construção de políticas públicas relacionadas às temáticas das diversidades e temas transversais .

Estado	Nº da lei	Meta/estratégia	Educação financeira, empreendedorismo, transversalidade do currículo
Tocantins	Lei nº 2.977/2015	Meta 11 Educação ambiental	11.6. Estimular a criação e revitalização, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, em regime de colaboração com a União e os Municípios, [...] espaços educativos sustentáveis nas escolas e comunidades, que fortaleça a participação da comunidade escolar no planejamento e gestão de projetos [...] combatendo práticas relacionadas ao desperdício, degradação e consumismo, e práticas e disseminação de educação financeira nas escolas .
		Meta 12 Educação profissional	12.2. Constituir uma comissão paritária e permanente na Seduc/TO e diretorias regionais de educação, composta por profissionais com perfil adequado para planejar e avaliar a política da educação em direitos humanos, assim como garantir a transversalidade e a interdisciplinaridade no currículo escolar.
		Meta 14 Campo e quilombola	Diretriz IV. Garantia de educação profissional que incentive a inovação e o empreendedorismo , incorporando novas tecnologias na prática pedagógica, atendendo às exigências que sinalizam os novos perfis profissionais.
		Meta 23 Qualidade da educação	23.27. Garantir a expansão da educação fiscal, educação financeira , educação ambiental, educação para o trânsito, educação em direitos humanos, por meio da transversalidade no currículo da Educação Básica, em todas as etapas e modalidades, [...], a fim de fortalecer a formação social e integral do cidadão.

Fonte: Godoi e Tiné (2021), 87 p.

ANEXO II – Tabela – Descritores e habilidades da prova de conhecimentos financeiros

Eixos Temáticos	Descritores	Habilidades	Etapas			
			3ª	5ª	7ª	9ª
Produção, consumo, cuidados, organização e planejamento.	D01	Identificar o assunto de textos cujo tema seja atitudes socialmente responsáveis em relação ao meio ambiente.	X	X	X	X
	D02	Localizar informações em textos que registram o consumo – de eletricidade, de água, de telefone, entre outras possibilidades.	X	X		
	D03	Identificar a finalidade de textos e suportes textuais que registrem despesas, consumo, gastos.	X	X		
	D04	Reconhecer a finalidade de gêneros textuais relacionados à vida financeira – recibos, cheques, notas fiscais.		X	X	X
	D05	Reconhecer situações nas quais estejam envolvidos conceitos relacionados à vida financeira: poupança, despesa, consumo, gastos, desperdício, risco, retorno, planejamento financeiro, investimento, entre outros.			X	X
	D06	Identificar situações relacionadas a atitudes financeiramente responsáveis.		X	X	X
	D07	Localizar informações em gráficos e tabelas que apresentem informações relacionadas à vida financeira (compras, vendas, gastos).	X			
	D08	Localizar informações em textos que circulam na esfera da vida financeira: anúncios classificados, reportagens, entre outros.	X	X	X	X
	D09	Estimar valores e/ou procedimentos necessários à realização de projetos financeiros.	X	X	X	X
	D12	Diferenciar trabalho remunerado de trabalho não remunerado	X	X		
	D13	Identificar a origem e o destino de produtos diversos e/ou aqueles que podem ser reciclados.	X			
	D14	Reconhecer situações socialmente responsáveis relacionadas ao espaço público e ao espaço privado.				X
	D15	Identificar vantagens, desvantagens e riscos da realização de compras à vista e a prazo.		X		X
	D16	Identificar informações implícitas em textos midiáticos que sejam relevantes para a tomada de decisões relativas à vida financeira.		X	X	X

Fonte: AEF-Brasil (2016).

ANEXO III – Tabela – Metas relacionadas à educação e à inclusão financeira

Metas relacionadas à educação e à inclusão financeira	
Meta 1.4	Até 2030, garantir a sociedade, principalmente os mais vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, acesso a serviços básicos, propriedade, controle sobre a terra, propriedades, herança, recursos naturais, tecnologia e serviços financeiros.
Meta 2.3	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos.
Meta 5.a	Dar direitos as mulheres de igualdade de empreender os recursos econômicos, a propriedade, controle sobre a terra, formas de propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais.
Meta 8.10	Estimular a capacidade das instituições financeiras nacionais na expansão aos serviços bancários, financeiros e seguros.
Meta 9.3	Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas que estão em desenvolvimento, aos serviços financeiros, crédito acessível, integrar cadeias de valor e mercados.
Meta 10.c	Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar custos superiores a 5%.

Fonte: Quadro realizado pela autora, informações de Nascimento (2021), 65 p.